

A China pode se adaptar?

Por **Zhang Jun**

Valor Econômico, 19.4.2013

O país está ingressando numa nova fase de desenvolvimento, e reformas institucionais em áreas fundamentais, especialmente no setor público, na distribuição de renda, na propriedade da terra e no setor financeiro, se tornaram imperativas.

As "Duas Sessões" da China - os encontros anuais do Congresso Nacional do Povo e da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, realizados todo mês de março - sempre atraíram a atenção mundial. Mas as reuniões deste ano pareceram especialmente significativas, devido não apenas à transição de liderança mas também à desaceleração econômica vivida pelo país, em meio a apelos pelo aprofundamento das reformas. Qual será a reação dos novos dirigentes da China a isso?

O problema é simples: ninguém consegue prever com precisão quanto tempo a desaceleração vai durar. As autoridades, que não confiam em sua capacidade de restabelecer as taxas de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) anteriores a 2009, baixaram a meta oficial para 7,5%.

Muitos economistas estão ficando ainda mais pessimistas, e apontam para o Japão como prova de que, após três décadas, o crescimento vertiginoso da China pode estar chegando ao fim. A economia do Japão, destacam eles, assegurou mais de 20 anos de crescimento rápido sustentado; mas, no período de 40 anos iniciado em 1973, o crescimento anual ultrapassou 5% apenas por algumas vezes, e a produção se estagnou nos últimos 20 anos.

Mas os pessimistas atuais têm de levar em consideração algumas diferenças fundamentais entre as duas economias. O Japão, por exemplo, já era um país de alta renda em 1973, com uma renda per capita (por paridade de poder de compra) equivalente a aproximadamente 60% do nível vigente nos Estados Unidos. Os "Quatro Tigres Asiáticos" (Hong Kong, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan) vivenciaram uma desaceleração do crescimento do PIB num nível relativo de renda semelhante. Por seu lado, a renda per capita da China corresponde a apenas 20% do nível observado nos EUA. Em outras palavras, não devemos subestimar o potencial da economia chinesa de convergir para os patamares dos países desenvolvidos.

Os pessimistas, no entanto, duvidam da capacidade da China de manter um crescimento econômico passível de alcançar os países de alta renda.

Argumentam que o atual modelo de crescimento, se não o sistema econômico como um todo, está puxando o país para a "armadilha da renda média".

Atribuir problemas a causas de ordem sistêmica é um hábito comum na China. Mas será que um sistema que sustentou 30 anos de hipercrescimento pode mesmo ser pior do que os sistemas adotados pelo Japão e pelos Quatro Tigres?

O sistema econômico chinês, desenvolvido a partir das instituições do planejamento central, deve ter tido alguns méritos durante esse período. Mas o desenvolvimento e a estrutura final das instituições econômicas mantêm estreitas relações com o nível de renda ou a fase do desenvolvimento econômico

de um país. Se alguns aspectos do atual sistema não puderem ser adaptados para apoiar o aprofundamento do desenvolvimento econômico, poderão acabar tolhendo-o. O que realmente tem importância para o crescimento econômico não é o fato de um sistema ser ou não "o melhor", mas a possibilidade de ele se ajustar para atender a uma nova fase de desenvolvimento econômico. Desse ponto de vista, é vital assegurar que o sistema econômico esteja aberto à reforma institucional.

Nenhum sistema econômico, por mais "ótimo" que seja, consegue sustentar um crescimento de longo prazo quando deixa de ser reformável. Após seu extraordinário milagre econômico pós-1945, o Japão caiu num padrão de crescimento ultraveloz porque não teve a flexibilidade necessária para adaptar suas instituições para uma nova fase de desenvolvimento econômico, caracterizada pela elevada competição mundial. Diferentemente, a Coreia do Sul manteve seu impulso de crescimento desde a crise financeira asiática do fim da década de 1990. Os economistas ocidentais muitas vezes criticam seu sistema econômico, mas aspecto fundamental é que suas instituições são flexíveis e abertas à mudança, o que implica um alto grau de capacidade de superação de problemas econômicos.

Por que um sistema é receptivo à reforma, enquanto outro não é? Nos últimos anos, pesquisas indicaram que grupos de interesses e lobbies poderosos distorcem as políticas econômicas e levam os governos a perder boas oportunidades. Um sistema receptivo à reforma exige que o governo disponha de mais poder ou riqueza do que qualquer grupo de interesses, possibilitando-o, assim, perseguir metas estratégicas de longo prazo e garantir o sucesso das reformas.

Yao Yang, da Universidade de Pequim, por exemplo, argumentou que o governo chinês é capaz de determinar a adoção das políticas corretas em períodos críticos, por não ser indevidamente influenciado por qualquer grupo de interesses. É essa neutralidade, diz ele, que explica o sucesso da transição econômica da China e seus 30 anos de crescimento econômico acelerado.

Mas o que dizer do momento atual? A China está ingressando numa nova fase de desenvolvimento, e reformas institucionais em áreas fundamentais - especialmente no setor público, na distribuição de renda, na propriedade da terra, no sistema de registro de famílias e no setor financeiro - se tornaram imperativas.

Obviamente, a reforma é mais difícil atualmente do que quando a China começou sua transição econômica. As empresas estatais, por exemplo, respondem atualmente por 40% do total dos ativos corporativos, mas apenas por 2% de todas as empresas, o que implica influência significativa sobre a política pública. Mas a China parece pouco tendente a tomar o caminho, digamos, da Rússia. Pelo contrário, a acumulação de riqueza nas mãos do governo chinês deve ampliar sua capacidade de levar as reformas adiante.

A flexibilidade institucional foi a chave da transição econômica da China e de seu crescimento acelerado dos últimos 30 anos, e é vital que o governo chinês continue neutro e evite cair nas mãos de grupos de interesses. Em poucas palavras, as autoridades precisam assegurar que o sistema continue aberto à mudança no longo prazo. A implementação bem-sucedida de uma nova rodada

de reformas de longo alcance depende disso. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

Zhang Jun é professor de economia e diretor do Centro Chinês de Estudos Econômicos da Universidade de Fudan, em Xangai.